



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MATEUS ÍTALO ALMEIDA SILVA

Analisando experiências didáticas para o ensino de História: Práticas de ensino desenvolvidas com documentos da justiça do trabalho (GUARABIRA/PB, 2017)

GUARABIRA

2019

MATEUS ÍTALO ALMEIDA SILVA

Analisando experiências didáticas para o ensino de História: Práticas de ensino desenvolvidas com documentos da justiça do trabalho (GUARABIRA/PB, 2017)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em história.

Área de concentração: Ciências humanas

Orientador: Prof. Dr. João Gonçalves Batista Bueno

GUARABIRA

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Mateus Italo Almeida.
Analisando experiências didáticas para o ensino de História: [manuscrito] : práticas de ensino desenvolvidas com documentos da justiça do trabalho (Guarabira/PB) / Mateus Italo Almeida Silva. - 2019.
17 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno ,
Coordenação do Curso de História - CH."
1. Ensino de História. 2. Processos Jurídicos. 3. Bolsistas PIBID. I. Título

21. ed. CDD 981

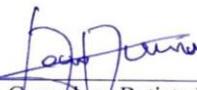
MATEUS ÍTALO ALMIEIDA SILVA

O USO DE PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTE PARA ENSINO DE
HISTÓRIA (GUARABIRA/PB, 2017)

Artigo, apresentado ao curso de
Licenciatura em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

Aprovada em: 22/11/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Gonçalves Batista Bueno (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Waldeci Ferreira das Chagas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À memória de dona ILZA, minha vó. Que me fazia sonhar com suas histórias em nossos momentos de solidão.

“Aprendi que, longe de ser autoatualizada, a universidade era vista como porto seguro para pessoas competentes em matéria de conhecimento livresco, mas inaptas para a interação social. Por sorte, durante o curso de graduação comecei a distinguir entre a prática de ser intelectual/professor e o papel de membro da academia. (HOOKS, 2018, p. 28)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CH	Centro de Humanidades
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
NDH	Núcleo de Documentação Histórica
PB	Paraíba
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PIBID	Programa de Iniciação à Docência
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	03
1	Parceria entre PIBID e NDH	06
2	Montando as oficinas	08
3	<i>A prática</i>	11
4	<i>Considerações Finais</i>	12
	REFERÊNCIAS	14

Analisando experiências didáticas para o ensino de História: Práticas de ensino desenvolvidas com documentos da justiça do trabalho (GUARABIRA/PB, 2017)

Mateus Ítalo Almeida Silva

RESUMO

Neste artigo me proponho fazer uma metanálise das práticas de ensino de História que utilizaram processos trabalhistas da base do Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UEPB), enquanto recurso didático para as aulas da disciplina de História. As atividades didáticas utilizando esse tipo de documentação foram desenvolvidas em escolas estaduais do município de Guarabira – Pb, em concordância com as metodologias de ensino de História colocadas em prática no Programa de Iniciação à Docência – PIBID. Foi, por meio da análise das atividades elaboradas pelos bolsistas do PIBID que proponho uma reflexão sobre o fazer historiográfico em relação ao ensino de história. Desta forma, objetivo verificar a aplicabilidade de tais documentos para o ensino, atentando-se para as formas de apropriação dos estudantes no uso de documentos primários e o impacto que a leitura desses documentos tem na formação social destes. Como fonte de pesquisa foram utilizados artigos produzidos por bolsistas PIBID em 2017, no qual relatam suas experiências escolares na escola Prof. José Soares de Carvalho, e na escola Mon. Senhor Emiliano de Cristo, ambas localizadas em Guarabira – Pb. Outra fonte utilizada na construção deste artigo é a pesquisa desenvolvida no Pibic-UEPB, mais precisamente ao subprojeto, “Estudo dos processos de gestão de documentos do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UEPB para investigar as possibilidades de construção de atividades didáticas de ensino de História” desenvolvidas sob orientação do professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno. Esta pesquisa se caracteriza por ter uma perspectiva qualitativa, na qual observei que há uma grande potencialidade para os processos jurídicos no ensino de história. Como aporte teórico estabeleci o diálogo com as produções de Circe Bittencourt (2012), Walter Benjamin (1985) e, E. P. Thompson (1981) que muito contribuíram para adequação teórica deste trabalho.

Palavras chave: Ensino de História – Processos Jurídicos - Bolsistas Pibid.

ABSTRACT

In this article I propose to make a meta-analysis of the practices of History that used labour processes from the base of the Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UEPB) as a didactic resource in History classes. The didactic activities using this type of documentation were developed in state schools in the city of Guarabira – PB, in

accordance with the teaching methodologies of History put into practice in the Programa de Iniciação à Docência – PIBID. Through the analysis of the activities elaborated by the PIBID scholarship holders, I propose a reflection on the historiographical work in relation to the teaching of History. Thus, the objective is to verify the applicability of the use of such documents for teaching, paying attention to the forms of appropriation of students in the use of primary documents and the impact that the reading of these documents has on their social formation. As a source of research, articles produced by PIBID scholarship holders in 2017 were used, in which they report their school experiences in the schools Prof. José Soares de Carvalho and Monsenhor Emiliano de Cristo, both located in Guarabira – PB. Another source used in the construction of this article is the research developed in the PIBIC-UEPB, more precisely to the subproject, “Study of document management processes of the UEPB Historical Documentation Center (NDH) to investigate the possibilities of building didactic teaching activities of History”, developed under the guidance of Professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno. This research is characterized in a qualitative perspective, in which I observed that there is great potential for the use of legal processes for use in teaching History. As a theoretical basis, I established a dialogue with the productions of Circe Bittencourt, Walter Benjamin and E. P. Thompson, who greatly contributed to the theoretical adequacy of this work.

Key-words: History teaching. Legal processes. PIBID scholarship holders.

INTRODUÇÃO

Os professores das escolas básicas, por uma visão geral, têm grandes problemas para se atualizarem em relação as mudanças culturais e comportamentais que são impostas pelos processos de modernização que a sociedade atual está vivendo. Essas dificuldades causam dúvidas nos professores e estudantes sobre qual é o entendimento sobre os objetivos da escola e como eles utilizarão os conhecimentos ministrados pelas disciplinas nas suas vidas cotidianas. Seguindo essa linha de pensamento podemos compreender como este processo resulta na eclosão das críticas que questionam quais devem ser os conceitos estudados e quais são as práticas de ensino que devem ser elaboradas nas escolas básicas¹. É fácil encontrarmos esses questionamentos constantemente nos diferentes meios de comunicação e redes sociais digitais da atualidade. E por essa razão, essas críticas têm também sido um dos motores para a produção de pesquisas relativas as práticas de ensino desenvolvidas atualmente nas escolas.

Dentro dessa perspectiva, das novas práticas de ensino de História, em meus estudos na universidade tive acesso as pesquisas mais atualizadas, e percebi como esses conhecimentos têm ajudado a mudarmos a perspectiva de como se ensina, do que se ensina e o para que se ensina.

Neste sentido, este trabalho que é apresentado ao curso de História como conclusão de curso, surge das pesquisas realizadas no programa de iniciação à científica – PIBIC na relação com os estudos realizados no PIBID da UEPB. Pretendo analisar como a utilização dos processos jurídicos, para o ensino de História, arquivados no núcleo de documentação histórica da Paraíba – NDH, tem se constituído como importante metodologia para a criação de práticas de ensino significativas para a vida presente dos estudantes. As práticas que serão analisadas foram desenvolvidas por alunos bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, tem despertado no alunado das escolas públicas, diferentes consciências críticas em relação a realidade social, sobretudo, no que tange as relações trabalhistas. Pretendo, ainda, neste artigo, salientar as potencialidades didáticas em relação a esse tipo de documentos para o ensino, uma vez que trabalhar com documentos primários não é comum nas aulas de história. De acordo com Bittencourt, sobre os documentos produzidos pelo poder institucional:

Entre os documentos escritos, os produzidos pelo poder institucional são bastante usuais na pesquisa historiográfica, notadamente naquela afinada a tradição de uma história política que se preocupa com o poder institucional e privilegia o poder do estado nas transformações históricas. “O ensino de história pautado por essa linha historiográfica não se utilizou, no entanto de documentos legislativos. Em livros didáticos não é comum encontrar

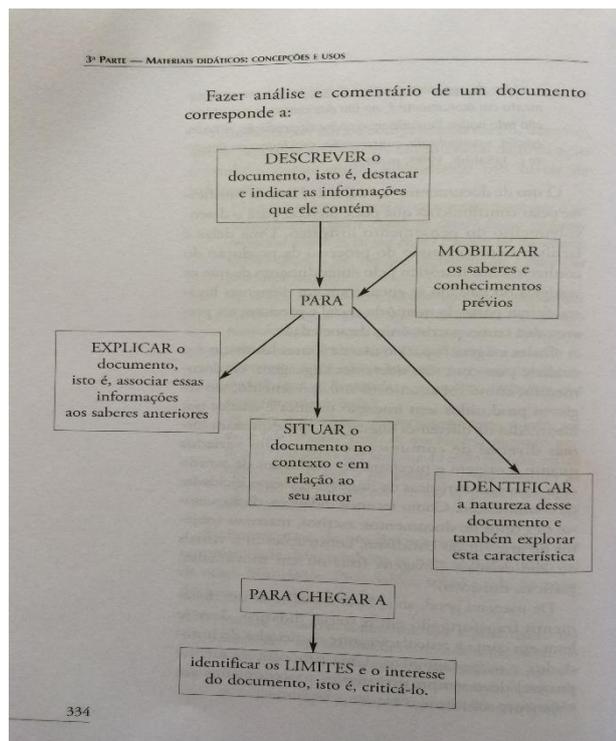
¹ Termo utilizado para definir os primeiros anos na educação formal, é comum que este termo seja substituído por escola primaria, colegial ou ginásio.

documentos provenientes do poder institucional para serem explorados do ponto de vista pedagógico. ” (Bittencourt, 2012, p. 342)

Para analisar as formas de uso didático dos processos trabalhistas no ensino básico e verificar ou não a eficiência da metodologia irei discorrer sobre as experiências escritas narradas por alunos do curso de licenciatura em história, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Esses artigos foram publicados nos anais da II Semana de História, realizada no Centro de Humanidade – CH - UEPB, Guarabira, Pb, no ano de 2017. Foram selecionados dois artigos que retratam a experiência de cinco estudantes com uso dos processos trabalhistas em sala de aula. Também utilizo como base para a elaboração desse artigo o relatório apresentado ao Encontro Nacional de Iniciação Científica – ENIC, de 2019, o qual trata-se de minha participação no subprojeto intitulado “Estudo dos processos de gestão de documentos do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UEPB para investigar as possibilidades de construção de atividades didáticas de ensino de História” vinculado a pesquisa financiada pela FAPESQ do grupo de pesquisa do CNPQ: “Rastros- PB: História, Memória e Educação”.

Minha análise partiu das seguintes questões: será que esta pesquisa estaria resultando na produção de significações sobre o presente dos estudantes da rede básica de ensino? Será que é realmente possível, considerando as múltiplas realidades escolares, adequar o conteúdo obrigatório dos currículos escolares ao uso da documentação sem que haja perda no andamento nas aulas? Estas são reflexões importantes e que carecem de discussões mais aprofundadas, e, por isso, nesse artigo não terei espaço para esgotá-las. Estes questionamentos me levaram a cotejar como se deram as experiências práticas de uso de documentos para o ensino, realizado pelos graduandos em licenciatura de História e bolsistas do PIBID da UEPB; com as técnicas sobre o uso de documentos para o ensino sugeridas por Circe Bittencourt. Pois essa professora faz a seguinte sugestão:

De maneira geral, ao se fazer análise de um documento transformando em material didático, deve-se levar em conta a articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos. Uma proposta de análise possível deve sempre articular os procedimentos aos objetivos, conforme o esquema seguinte:



Fonte: Ensino de História: fundamentos e métodos. Circe Maria Fernandes Bittencourt, p. 334, 2011.

Percebemos que para essa autora é importante articularmos os conhecimentos do historiador com os conhecimentos pedagógicos. Vemos também, na imagem, um gráfico onde ela destaca que é necessário fazer o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos para explicar, situar e identificar o documento e para enfim criticá-lo.

Dessa forma, pretendo partir da sugestão desse método, para fazer discussões que revelam a originalidade do trabalho realizado pelos bolsistas do PIBID na relação com as análises produzidas na pesquisa do PIBIC – UEPB. Procurei trabalhar com os artigos que trazem as experiências dos alunos bolsistas do PIBID com o objetivo de entender como eles construíram as relações entre presente e passado.

Para fazer isso, parti das seguintes propostas: a primeira que identifica os documentos (artigos e relatório do PIBIC) localizando-os como produtos de estudantes em preparação para a profissão de professor e que foram produzidos em num determinado tempo e espaço. Procurei ler esses documentos identificando o objetivo de sua produção, que era para a apresentação para um encontro de pesquisa. Por isso, a escrita desses artigos segue um determinado padrão de comunicação que caracteriza esse tipo de texto acadêmico. A outra proposta, diz respeito aos diálogos entre teorias tanto da História como da Pedagogia que facilitaram a elaboração pelos os bolsistas das metodológicas utilizando os documentos do sistema judiciário. Neste caso, faço minhas análises objetivando perceber como se deram os movimentos relacionais e contraditórios das “evidências” históricas focalizadas pelos bolsistas do pibid na busca da criação de significados para a vida cotidiana dos alunos das escolas

básicas. Apoio-me, para tal, na lógica de investigação que se concentra no “diálogo” entre os conceitos e as evidências que aparecem nos artigos e no relatório de pesquisa do PIBIC. Um diálogo que foi conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro (Thompson, 1981, p. 95).

1 - Parceria entre PIBID e NDH

Podemos entender que ser professora/professor no Brasil é sobretudo um desafio social. Nesta profissão é preciso transgredir dos locais de conforto estabelecidos pela tradição de elaborar aulas somente a partir dos livros didáticos. Além disso, tem que conviver com a certeza da má remuneração financeira, com a certeza da instabilidade e falta de segurança, e aprender a lidar constantemente com as situações mais improváveis, presentes no dia a dia das escolas. É, aprender a gerir conflitos e dialogar com todas as instâncias representativas que compõe a comunidade escolar, seja no trato com funcionários das secretarias de educação, com colegas de profissão, cuidadores, técnicos administrativos, porteiros e discentes.

Em especial, a profissão exige uma atenção sensível as carências pedagógicas dos estudantes, que muitas vezes se apresentam como barreiras, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Ministrando aulas de história para o ensino básico representa uma dupla dificuldade para os profissionais da licenciatura em História. No entanto, segundo Bittencourt (p.50, 2011), “O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber a ser aprendido, ação fundamental no processo de conhecimento”. Considerando o contexto apresentado e associando-o ao desinteresse dos alunos pela disciplina é razoável dizer que “ensinar” história é escolher transgredir enquanto ser social. Transgredir nessa configuração pressupõe saber o momento de mudar as estratégias de didática, e de repensar o comportamento teórico-metodológico do docente em sala de aula.

Para Aline e Crislane, há um afastamento entre a Universidade e o ensino básico, este se deu em decorrência de uma crise que impossibilitou a reformulação do ensino de história nas redes básicas de ensino. (AZEVEDO, LIMA, 2005 apud BRASIL 1998). Sobretudo, esse deslocamento se apresenta como possibilidade de mudança, adequação, acolhimento e cativação de outros leitores, de outras subjetividades e olhares sobre essa disciplina.

Por isso, os professores de História precisam estar atentos aos rumos dados a sua profissão, neste sentido Azevedo salienta que:

O papel do professor é levar o aluno a ler o mundo por meio de ações práticas e contextualizadas, de caráter experimental e de iniciação à investigação, permitindo ao discente o contato com ações próprias do processo de produção da ciência histórica. É importante que o professor esteja atento à sua função de orientador e incentivador da aprendizagem dos alunos. Estes precisam vivenciar a percepção, a intuição, a crítica e a criação, indo além do conhecimento comum que

serviu como incentivo inicial à problematização. (AZEVEDO; LIMA; 2011, p.13)

É preciso coragem e disposição para romper com o comodismo do ensino tradicional nas escolas, não há mais tempo a ser perdido, e, neste sentido saliente para o projeto posto em prática pelos bolsistas PIBID do curso de história no campus III da UEPB, em Guarabira/Pb, tem mostrado protagonismo de transgressão. Ocorre que, há no campus um Núcleo de Documentação histórica, este composto unicamente por processos oriundos da justiça do trabalho que até o presente momento estão arquivados e disponíveis para uso acadêmico no referido centro. De acordo com Bernardon, sobre a instauração do núcleo. “Inspirado pelas pioneiras experiências desenvolvidas no país inteiro, o Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), situado no município de Guarabira, passou a assumir o desafio de tentar desenvolver atividade similar de preservação, a fim de reverter a prática de seleção e eliminação executada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) em curso até 2010.” (BERNARDON, 2015, P. 143).

Os processos, como já dito, fruto da parceria firmada entre a Universidade Estadual da Paraíba, com os esforços do professor Dr. Tiago Bernardon e o décimo terceiro Tribunal Regional do Trabalho, tem gerados frutos em pesquisas de monografias, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e para o ensino básico. O convênio foi assinado em 2011 entre UEPB e o TRT13, acontece que em agosto de 2010 a notícia de que cerca de sessenta mil autos-findos ²seriam incinerados apontou para urgência de uma ação objetivando contornar a situação, haja visto que, deixar com que tantos processos fossem destruídos representaria o apagamento da memória e de parte da história de luta de trabalhadoras e trabalhadores. Quanto a assinatura do convênio, ocorreu em forma de doação do material e não de comodato. (BERNARDON, 2015, p. 143)

Utilizando a documentação proveniente desse arquivo, os bolsistas do PIBID no campus III da UEPB, em Guarabira/Pb, trabalharam no sentido de criar significados dos conteúdos históricos relativos à macro-história apresentada nos livros didáticos. Para realizarem isso, primeiramente, escolheram os conteúdos que seriam estudados e que faziam parte dos planos de aula dos professores das escolas básicas. Buscaram, dessa maneira, criar um tipo de fazer historiográfico escolar que tem relação com o conhecimento histórico acadêmico, no entanto, a forma de uso documento e o produto historiográfico era diferente do da forma de uso e a produção do historiador da academia. Procurando caminhos diferentes do utilizado pelos historiadores, os bolsistas do PIBID consideraram que existiam limitações dadas pela idade e maturidade de leitura dos discentes, e isto seria uma dificuldade para o desenvolvimento da atividade. Foi a partir da constatação, de que linguagem do documento original era de difícil entendimento que eles passaram a reescrever uma versão didática da narrativa do conflito, produzindo, que era adaptada a linguagem utilizada pelos alunos. A produção da nova versão escrita sobre o conflito trabalhista que estava no documento do da Justiça trabalhista procurou ser a mais coerente possível das narrativas originais. Pela opinião dos bolsistas, encontradas em seus

² Neste caso refere-se aos processos trabalhistas julgados em tramite legal e que possuem sentença.

artigos, percebe-se que esses textos recriados estimularam a curiosidade dos alunos. Isto facilitou o trabalho que viria a seguir, que era o de solicitar que os estudantes buscassem outras histórias semelhantes a descrita no processo trabalhista. Surgiram então, narrativas diferentes de conflitos trabalhistas que eram relativas a memórias de conflitos trabalhistas experienciados por membros das famílias ou por pessoas conhecidas dos estudantes. Em seguida os bolsistas do PIBID e estudantes da escola básica passaram a construir relações entre as memórias trazidas por eles e a versão do conflito trabalhista apresentado no documento. Isso fez com que surgissem discussões sobre o tempo presente, produzindo questões relativas à existência de conflitos e de exploração do trabalho nos dias de hoje. E com todas essas informações foram então introduzidos os conceitos históricos que previamente tinha sido escolhido e que faziam parte dos textos explicativos dos livros didáticos. Esse processo foi muito rico na produção de significações entre questões do passado na relação com o presente do aluno.

Destacamos aqui que desde o início das atividades com o documento da justiça do trabalho, a forma como o documento foi utilizado em sala de aula já era diferenciada da maneira como o historiador o utiliza. Neste caso, os bolsistas se aproximaram do pensamento de Bittencourt, pois ela destaca que os professores das escolas básicas não devem procurar formar pequenas réplicas de historiadores.

Azevedo também ressaltou que “é importante salientar que o objetivo das atividades que envolvem princípios de pesquisa não é o de transformar o aluno do ensino fundamental em um pequeno historiador, capaz de escrever uma monografia ou mesmo um artigo científico. A questão não é essa.” (AZEVEDO; LIMA; 2010). No caso, usar o documento jurídico como fonte de produção de saber, nas aulas de história do ensino básico está muito mais relacionado a promoção da consciência crítica no alunado, como também para uma aproximação mais efetiva entre o conteúdo obrigatório e a realidade social, econômica e cultural das turmas. Acontece, que é muito mais fácil que o aluno se reconheça enquanto agente ativo da história a partir do uso da documentação, uma vez que, as relações trabalhistas fazem parte da nossa vida cotidiana. É bem provável que no núcleo familiar destes indivíduos alguém já tenha precisado recorrer à justiça do trabalho para reclamar direitos, ou talvez alguém da vizinhança. Desta forma, aos poucos, com muito esforço, quebra-se o tabu de que história é uma disciplina inútil para o presente, que se detém a acontecimentos passados.

2 - Montando as oficinas

Esta etapa do artigo é respaldada pela pesquisa desenvolvida por mim no subprojeto: Registro, classificação e ordenação de documentos da Justiça do Trabalho encontrados no NDH-UEPB, para a elaboração de atividades, apresentado ao XXVI encontro de iniciação científica, 2019. Também por artigos apresentados a II Semana de História do campus III da UEPB, por alunos bolsistas do PIBID, hoje graduados.

Meu objetivo é mostrar a potencialidade de uso dos processos trabalhistas arquivados no NDH enquanto recurso didático para compor oficinas no ensino de história nas unidades básicas de ensino. Todo projeto de elaboração de atividades didáticas, seja com documentos ou não, requer planejamento prévio e pesquisa teórica para obter êxito nos processos formativos da oficina. Alguns cuidados tomados nesta atividade foram de fundamental importância para que as oficinas temáticas ocorressem de forma satisfatória. Dos passos seguidos, planejamento prévio do conteúdo obrigatório nas escolas, adequação da linguagem do documento e treinamento dos bolsistas PIBID para lidar com as fontes. De acordo com Lara, “certamente a aproximação entre História e Direito não é algo novo: na última década, entretanto, a área da história do Direito tem passado por profundas transformações.” (LARA, 2011). Por se tratarem de documentos oriundos da esfera jurídica, os bolsistas precisaram passar por um processo formativo que os habilitaram para trabalhar com os referidos processos na escola, uma vez, que mesmo estando no meio acadêmico existem algumas especificidades no que tange a realidade da sala de aula e que no caso dos cursos de licenciatura podem estar distantes do processo de formação do docente. De maneira semelhante os documentos se mal utilizados podem passar de aliados do ensino de história á empecilho, de acordo com Bittencourt:

Existe o problema de escolher documentos que sejam atrativos e não oponham muitos obstáculos para serem compreendidos, tais como vocabulário complexo (textos escritos em outra época usam termos desconhecidos na atualidade), grande extensão, considerando tempo pedagógico das aulas, (número de aulas semanais e tempo de hora-aula), e inadequação a idade dos alunos. Na escolha é necessário lembrar que eles devem ser motivadores e não se podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade. (BITTENCOURT, Circe; 2012, p. 330)

Para criarem as atividades didáticas que seriam implementadas nas escolas, os bolsistas participaram de cursos que foram ministrados pelo coordenador do a área de História do PIBID, professor João Batista Gonçalves Bueno. Foram nestes cursos que aspectos como a linguagem contida nos documentos foram tratadas. Destacamos que o coordenador de área ressaltou a preocupação relativa a resignificação de termos jurídicos que eram encontrados nos documentos que porventura deveriam ser substituídos por palavras conhecidas dos estudantes das escolas básicas. Destacamos que ao reconhecerem os termos jurídicos existentes nos documentos, os bolsistas tiveram contato com um sistema de palavras e códigos característico da área jurídica. Os referidos processos trabalhistas encontrados no NDH são datados das décadas desde 1970 a 2000, outro aspecto significativo é a moeda comercial em uso nos períodos acima citados não era o real, dificultando ainda a leitura dos documentos o que necessitou ser calculado os valores monetários correspondentes a atualidade.

Ao analisar os artigos publicados por bolsistas na II Semana de História, observei que as metodologias criadas para a execução das oficinas variaram de grupo para grupo. Observei que, neste estágio do projeto os esforços dos bolsistas se voltaram para pensar como seriam estabelecidas ligações entre o conteúdo

programático, obrigatório nas escolas, e o documento jurídico. Pensar com atenção todos os detalhes desta etapa foi fundamental para garantir o êxito da oficina temática. Apesar dessa atividade aparentemente ser complexa, eles entendiam que era possível de ser realizada, além de ser aplicável na prática.

Veremos então como foram desenvolvidos os trabalhos em sala de aula relativos ao processo trabalhista nº 37/1987, que foi utilizado na escola estadual Mon. Senhor Emiliano de Cristo, em Guarabira/Pb. Os bolsistas partiram da temática: a mulher no mercado de trabalho durante a Revolução industrial e no século XXI. O artigo publicado por eles nos anais da II Semana de História, cujo título é “Mulheres no mercado de trabalho: aplicações práticas para uma discussão latente”, detalha toda metodologia empregada pelos bolsistas no desenvolvimento da atividade didática:

Os documentos levantados para essa pesquisa se referem a acontecimentos da história local, mas tem relação com os conceitos estudados nos currículos da disciplina História. Acreditamos que isso é possível, pois criamos atividades correspondentes mas diferentes das que são realizadas pelos historiadores quando estes fazem suas produções históricas. Assim, fizemos em conjunto com os estudantes da escola básica as escolhas documentais, a análise, o cotejamento entre fontes e a construção de narrativas históricas, produzindo, dessa forma, diferentes abordagens e versões históricas para os conteúdos tradicionais da disciplina de História. (THIAGO; PEREIRA; 2016, p. 46)

Os documentos usados no contexto da vida presente, permite aos alunos trabalhar com diferentes temporalidades históricas, que não se caracterizam pela linearidade cronológica e nem é etapista. Possibilitando, dessa forma, que o tempo passado possa ser visto como parte do presente (Walter Benjamin, 1988). Isto, permite a promoção de uma disciplina mais humanizada, mais pensada para a comunidade escolar. Deixando aos poucos para trás a ideia de que a história seria uma ciência voltada para estudar e compreender o passado que é morto. Na escola do século XXI já não cabe mais esse tipo de pensamento e por isso os professores precisam abrir espaço para metodologias mais atualizadas, com fim de garantir o fim deste estereótipo positivista.

Os bolsistas PIBID precisaram apresentar a turma a “nova” abordagem metodológica, ou seja, pensar a aula não apenas da perspectiva do livro didático, mas agora também a partir do documento. A princípio foi necessário explicá-los o que é um arquivo, visto que para eles é uma novidade, nesse caso em específico explicar o que é o NDH. Mostrá-los a importância de se preservar os documentos, como podemos usá-los na historiografia e como tudo está ligado a vida cotidiana. De certo, a sociedade civil tem pouca preocupação com zelo e manutenção de museus, arquivos, bibliotecas, antiquários, sebos... enfim, a tudo que represente possibilidade de aferição de conhecimento do passado e do presente. Mas, se não bastasse a desinformação da população, a comunidade acadêmica também nutre grande desinteresse em preservar estes locais, não fosse os esforços isolados de pesquisadores que ainda se valem destes espaços, o descaso seria maior. Explicar a

turma sobre a importância de tais espaços foi fundamental para que os estudantes das escolas básicas começassem a nutrir laços afetivos com os processos de guarda e organização de documentos históricos. De acordo com Chalhoub:

“No futuro – décadas e séculos – os acervos do judiciário que decidirmos preservar agora serão ainda mais valiosos. Agora, por mais que saibamos de sua importância, não podemos ter a plena dimensão de sua riqueza, porque não temos distanciamento crítico suficiente. A perspectiva vem com o tempo, vem com a transformação das relações sociais. Os historiadores têm que fazer a sua parte: procurar esse material onde ele ainda exista, começar a usar e mostrar a densidade e riqueza desses processos judiciais, para se contar a história das relações de trabalho no Brasil do século XX. A sensibilidade para a importância disso, o nosso entendimento de seus inúmeros significados, tende a aumentar ao longo do tempo.” (CHALHOUB; 2010, p.104)

A aplicação eficiente deste tipo de oficina depende da sequência bem executada de todos os passos acima citados, já estão disponíveis pelo menos dez propostas de atividades relativas ao uso de processos trabalhistas na sala de aula, as mesmas compõem meu relatório apresentado ao XXVI ENIC³. Neste sentido é cabível dizer que estas atividades se aproximam da proposta de interdisciplinaridade estimulada pela escola historiográfica francesa dos *Annales*. E entendo que não há mais possibilidade de ensinar história de maneira dissociada de outras áreas do conhecimento. Nestas oficinas usou-se os saberes do direito, da matemática, da geografia, das letras e da história, no mínimo. Lara, afirma que neste sentido há uma relação cada vez mais próxima entre história e direito, e que a tendência é que esta aproximação cresça ainda mais. (LARA, 2010).

3 - A Prática

Os relatos sobre a prática da atividade, que encontrei nos artigos dos ex bolsistas PIBID, revelam-se como ponto de confirmação da teoria que envolve a utilização de documentos e outras fontes não habitualmente utilizados no ensino básico. A aproximação entre os casos relatados nos autos findos e os estudantes revela-se como uma das chaves de leitura para enquadrarmos a prática da oficina como atividade recorrente nas aulas de história. Para Aline e Crislane a utilização de outras fontes para o ensino constitui-se como aspecto muito e que isto contribui para aproximação entre pesquisa e ensino, ainda, segundo ela, nestes casos até a frase mais curta dita pelo aluno estará contribuindo para o processo de formação do cidadão social. (AZEVEDO; LIMA, 2011). Vemos isso no artigo escrito pelos bolsistas que atuaram na escola José Soares de Carvalho:

3 XXVI Encontro de Iniciação Científica, realizado nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2019, na Universidade Estadual da Paraíba, Campus I – Campina Grande/Pb.

O trabalho com documentos jurídicos em sala de aula instigou os alunos a relacionar e fatos ocorridos no passado com as suas vidas cotidianas, principalmente com as notícias sobre as reformas trabalhistas propostas pelo governo golpista brasileiro. Eles passaram a observar, dessa forma, as suas realidades cotidianas de forma exploratória e procurando explicações do presente por meio de fatos ocorridos no passado. Como já consta nos parâmetros curriculares o ensino e a aprendizagem de História abrangem uma relação entre o saber histórico e o saber empírico para compor o conhecimento no espaço escolar. (VASCONCELOS; TRINDADE; PESSOA; 2017, p. 57)

Outro fator importante a ser destaca é o processo de finalização das oficinas. Os estudantes das escolas básicas produziram cartazes enfatizando as condições estruturantes das relações trabalhistas, na qual podemos perceber na narrativa dos próprios documentos é geralmente desfavorável para os trabalhadores. Produziram, também, conteúdos digitais, sob forma de filmes em curta metragem. Em um dos artigos estudados os bolsistas PIBID consideram que a experiência foi rica e proveitosa, uma vez que despertou no alunado o senso crítico no tange as relações de exploração do trabalho. Do mesmo modo, a experiência forneceu aos estudantes a oportunidade de conhecer um pouco mais dos direitos trabalhistas que é algo de extrema importância na atual conjuntura política do país.

No outro texto analisado por mim e produzido pelos bolsistas verifica-se que dentro outras coisas a pluralidade de assuntos que podem ser abordados e discutidos a partir do processo trabalhista. Na oportunidade os bolsistas trabalharam o feminino na sociedade, perceberam com isto que o machismo está enraizado até mesmo na escola, perecendo o preconceito nas menores coisas. (SANTOS; SILVA, 2017). Eles salientaram que enquanto educadores é dever dos mesmos cultivar uma semente a ser germinada futuramente. Este aprendizado nos revela duas coisas, a primeira é que estamos sempre em processo de aprendizado, mesmo depois de formados, a segunda é que precisamos levar novas propostas para sala de aula, a fim de despertar as sensibilidades de todos para assuntos de tamanha relevância.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos pelos estudantes da graduação na experiência do PIBID, quanto a utilização de processos trabalhistas nas aulas de história percebemos que tal prática se revela como colaboradora no processo de ensino- aprendizagem dos alunos. As oficinas não representam o afastamento do conteúdo posto como obrigatório para disciplina, ao contrário, podem ser trabalhadas concomitantemente. Ainda, a referida prática metodológica apresentou resultados

positivos, uma vez que promoveu uma maior interação dos alunos das escolas básicas com a disciplina, com as temáticas propostas e com os bolsistas do programa de iniciação à docência. Para o alunado o uso dos processos mostrou-se capaz de incentivar o exercício do pensamento crítico no que tange as relações trabalhistas, abrindo espaço para outras discussões secundarizadas na escola, como o lugar social e histórico da mulher, do negro, da criança na sociedade, atentando ainda para multiplicidades de possibilidades a se observar no mundo.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que os efeitos de uso dos processos trabalhistas fazem com que se desperte a consciência de classe na comunidade estudantil. Para tanto, a metodologia além de mostrar-se eficaz, no sentido mais significativo de seu caráter social, é também oportuna e adequável para o ensino básico, devendo ser estimulada e apropriados por professoras e professores. Todavia, ainda há muito o que se discutir sobre a temática, este artigo é apenas uma ínfima contribuição diante da vastidão de possibilidades e potencialidades do uso destas fontes na escola.

Nesta linha de pensamento o uso dos processos jurídicos se apresenta para o docente das escolas básicas como uma opção que ele pode recorrer para produzir práticas de ensino significativas para o ensino de história. Acredito, dessa forma, que por meio de atividades didáticas utilizando documentos o ensino de história pode cumprir uma função social, a de desenvolver o pensamento “autônomo”, crítico e democrático nos estudantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane; LIMA, Aline; Título: **Leitura e compreensão do mundo na educação básica**: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula subtítulo, Roteiro Joaçaba, Vol. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política**; tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERNARDON, Tiago. **“A Constituição de um acervo com processos da justiça do trabalho no e sobre o interior da Paraíba”**. In: MARQUES, Antonio; STAMPA, Inez. Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores. São Paulo: Arquivo Nacional, 2015. p. 139- 158.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2012.

CLHALHOUB, Sidney. **“O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais”**. In: SCHIMDT, Benito. Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórico e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 90- 105.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: wmfmartinsfontes, ed. 2, 2018

LARA, Silvia. **Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil**. In: SCHIMDT, Benito. Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórico e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 106- 122.

NAYARA, C.; PEREIRA, J.; FERREIRA, L.; BUENO, J. B. G. **Entre práticas e metodologias no projeto pibid: experiências de uso processos da justiça do trabalho para o ensino de história** in: II SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2., 2017, VGuarabira. Artigos... Guarabira: UEPB, 2017,. 45

THIAGO, J.; PEREIRA, W.; BUENO, J. B. G. **Mulheres no mercado de trabalho: aplicações para uma discussão latente** in: II SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2., 2017, Guarabira. Artigos... Guarabira: UEPB, 2017, P. 45

THOMPSON E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AGRADECIMENTOS

O sucesso de alguém não deveria ser medido com a régua do dinheiro, do emprego ou do acúmulo de bens materiais. A escrita desta parte do trabalho tem me servido para concluir ao menos duas coisas, a primeira, perceber o quanto sou querido e a segunda, sobre o quanto que isto me importa. Veja só, algum tempo atrás, quando tomei para mim a vontade de “ensinar história,” tão cheio de vontade de ser, achava que ao término do curso não haveria a quem agradecer. Me pego hoje com uma lista tanto quanto grande com nomes que não caberiam nestas palavras de tamanha importância. O trabalho já pronto, às vésperas da defesa, o medo vai tomando conta, queria poder atribuí-lo ao receio que carrego da avaliação da banca examinadora. Mas, algo maior usurpa meu pensamento, falo desse momento tão marcante que é cortar o cordão umbilical com o Campus III da UEPB, minha outra casa, lar de amigos. Ao mesmo tempo, deixo o cotidiano do Campus com a certeza de que não vou ensinar nada a ninguém, não sou dono de nenhuma história e as pessoas não são caixas vazias que precisam de preenchimento, pensar assim me faz bem, significa que a universidade me afetou.

Bruno Pontes, a vida é o momento, o agora, o vivido. Ela leva e traz pessoas ao seu prazer, me trouxe você, companheiro, amigo, amor. Não sei até quando lhe terei no alcance de meus olhos (espero que sempre), hoje você é um capítulo lindo em minha breve vida. Obrigado por ficar quando teria sido mais fácil ir, obrigado por pelas madrugadas acordado enquanto eu estudava, obrigado por não me deixar desistir e por fazer café.

Carlos Adriano, que é uma das minhas potências de agir é o algoritmo que abriu uma janela muito especial em minha vida. Alguém que tem tanto amor pelas letras, com o dom de humaniza-las só poderia ter se tornado professor, e inspirar. Muito obrigado!

João Bueno, meu orientador, tenho tanto a agradecer! Quem acreditou que eu poderia ser historiador, me estendeu a mão, me abriu as portas da pesquisa científica, me inspira a ser independente em minhas escolhas e amar a educação, muitíssimo obrigado!

Agradeço ao clube das Winx (Bianca Duarte, Aline Pontes, Ana Virgínia), pelos cafezinhos, risos, choros, e todos os sentimentos intensos que vivemos nestes anos. Do mesmo modo ao meu amigo Gabriel, este trabalho não existiria sem ajuda dele, literalmente, obrigado! À Rawane, meu bem, que me faz sentir importante, obrigado! E às minhas amadas do Centro Acadêmico de história, Gaby, Helena e Janiele, assim como o maravilhoso Daniel, nosso agregado do curso de letras, que deixaram minhas tardes mais alegres. Agradeço a Ruth que me salva nas traduções para o inglês, língua da qual eu sou péssimo. Aos meus amigos, Junior e Thiago, meninos como vocês me ajudaram!

À minha família, que mesmo precisando de um salário a mais dentro de casa nunca deixaram de me apoiar. Minha mãe que é meu porto seguro, meu pai, meus irmãos e irmãs. Em especial Dayane e Aline que sempre mostrou orgulho por mim, amo vocês! Agradeço, também à minha outra família, a que ganhei, Juliana Pontes que sempre me motivou, Thayllane e Vinícius, muito obrigado!

Em especial agradeço a cada professora e professor que marcou minha formação. Waldecí, me marcou quando mostrou que a Universidade era nossa. Alômia, Joedna e Naiara pela grande humanidade demonstrada no trato com os discentes. Mariângela, por tanta delicadeza e prestatividade. Elisa Mariana por me mostrar que a mulher pode falar como quiser e o que quiser, o professor Durval Muniz, sempre muito gentil, delicado e atencioso. Assim como o professor Cristiano, por tornar-se um conosco nas aulas e pela gentileza impagável. Jorilene e Simone, pelo grande compromisso com a educação e por mostrar tanta paixão pela pesquisa e preservação das fontes, ao professor Fagundes sempre solícito. A professora Susel que tanto me inspira e por quem tenho carinho enorme. A professora Edna, por todo incentivo, sempre dizendo que somos capazes. Por fim, mas não menos importante, a queridíssima Rilane, secretária do curso, sentirei saudades de encontra lá na secretaria, e Diego, também secretário. Vocês me fizeram professor e me ajudaram a tornar-me mais humano, obrigado! Todos fazem parte das minhas memórias!